

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 746 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1998



Antonio Carlos Magalhães acredita que ainda é possível votar Orçamento neste ano



Ramez Tebet espera completar a tramitação em 98 ou no máximo em janeiro



Arruda diz que os recursos para emendas individuais poderão ser concentrados na "reserva de contingência"

## Congresso fará esforço para votar Orçamento neste ano

Prazo de tramitação da proposta será reduzido, mas presidente do Senado espera a conclusão do processo ainda em 1998

Representantes dos partidos integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizaram reunião informal ontem para discutir o ajuste do cronograma de tramitação do Orçamento, tendo em vista o adiamento da entrega da proposta do governo. Não houve consenso e novas reuniões foram marcadas para a próxima semana.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acredita que é difícil, mas ainda possível vo-

tar o Orçamento neste ano. O relator na comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concorda e prevê que, se os esforços para completar a tramitação em 98 não forem suficientes, a votação não ultrapassará janeiro. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) informou que o valor das emendas individuais deverá ser reduzido na mesma proporção dos cortes a serem feitos pelo Executivo.

PÁGINA 3

CCJ



Comissão examina proposta para evitar atrasos na votação de projetos relativos aos gastos públicos

## Executivo poderá ter prazo menor para apresentar emendas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve apreciar hoje, em reunião às 10h, proposta de emenda constitucional que reduz o prazo para que o presidente da República apresente emendas a projetos de lei relativos aos gastos públicos. De autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP),

com parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta busca evitar atrasos na tramitação dessas matérias. A comissão discutirá, também, projeto que regulamenta as operações de *factoring*.

PÁGINA 2

## Cardinal elogia nova política penitenciária

A revisão que o governo federal vem fazendo em sua política penitenciária vai promover uma drástica redução nos índices de criminalidade e garantir o respeito aos direitos humanos dos presos. A opinião é do senador Zanete Cardinal (PFL-MT), ao avaliar os resultados do Seminário sobre Violência Criminal, realizado no Rio de Janeiro.

PÁGINA 4



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1998

## PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (*factoring*); \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal -, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; \*PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e \*PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5

## ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Caro Diário*, de Nani Moretti  
Local: Auditório Petrônio Portella

## PREVISÃO DE TRABALHOS

Quinta-feira (22.10.98)  
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (23.10.98)  
▶ 9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (26.10.98)  
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (27.10.98)  
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e \*PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31.12.73, que dispõe sobre os registros públicos

Quarta-feira (28.10.98)  
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; \*PDL nº 112/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro (SP); \*PDL nº 113/97, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batosta Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catalão (GO); e \*PDL nº 121/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará (PR).

Quinta-feira (29.10.98)  
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17.01.91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e \*Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas

Sexta-feira (30.10.98)  
▶ 9h - Sessão não deliberativa



A CCJ discutirá também projeto que regulamenta operações de *factoring*

## Rocha quer reduzir o prazo para emendas ao Orçamento

Proposta de mudança na Constituição, na pauta da CCJ, limita chance de o presidente da República mudar suas próprias mensagens

Proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que está na pauta da reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pretende reduzir o prazo para apresentação de emendas, pelo presidente da República, aos projetos de lei relativos aos gastos públicos. A matéria tem parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A alteração sugerida por Sebastião Rocha limita o prazo de apresentação de emendas pelo Executivo ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.

Pelas regras atuais, o presidente pode apresentar emendas a esses projetos na Comissão Mista de Orçamento enquanto não for iniciada a votação da parte em que a modificação estiver sendo proposta.

Rocha quer que a possibilidade de apresentação de alterações pelo Executivo termine junto com o prazo de apresentação de emendas por parlamentares, previsto no Regimento Comum.

Para o relator da proposta, na forma atual, as alterações sugeridas pelo presidente, muito próximas ao momento da votação dos projetos referentes ao orçamento público, "vêm gerando sérios transtornos à

tramitação legislativa dessas matérias, causando atrasos que provocam graves problemas ao país".

### FACTORING

Também se destaca na pauta dos trabalhos da CCJ projeto de lei do senador José Fogaça (PMDB-RS) que regulamenta as operações de fomento mercantil (*factoring*). O setor, segundo o relator da matéria, senador Esperidião Amin (PPB-SC), resente-se da carência de legislação específica.

Amin, favorável à proposta de Fogaça, apresentou substitutivo à matéria. Os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) encaminharam votos em separado pela aprovação da matéria, com substitutivos. O projeto de lei já recebeu parecer favorável na Co-

missão de Assuntos Econômicos e tramita na comissão em caráter terminativo.

### PODERES DO TCU

A comissão também deve apreciar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ampliando os poderes do Tribunal de Contas da União (TCU). Uma das alterações propostas por Simon à Lei Orgânica do TCU é a definição de uma nova competência do tribunal, a de "fiscalizar os atos concernentes ao endividamento público interno e externo da União".

Pelo projeto de Simon, as auditorias passam a ser o principal instrumento da ação fiscalizadora do TCU. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

## CCJ discute recondução de defensor-geral da União

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já está analisando mensagem do presidente da República propondo que o atual defensor-geral da Defensoria Pública da União, Reinaldo Silva Coelho, seja reconduzido ao cargo por mais dois anos.

O paulista Reinaldo Coelho, ba-

charel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, é especialista em Direito Penal pela USP e ocupa o cargo de defensor-geral desde setembro de 96. Se a recondução for aprovada pelos senadores, ele ficará no cargo até o final do ano 2000.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# ACM: Congresso fará tudo para votar Orçamento em 98

Presidente do Senado reconhece dificuldades para cumprir prazos previstos, mas diz que votação neste ano "é importante para o país"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acredita que ainda é possível votar o Orçamento de 99 neste ano, apesar do adiamento da entrega da proposta do governo ao Congresso. Em entrevista concedida ontem, ele previu também que as medidas do ajuste fiscal deverão ser enviadas segunda ou terça-feira (dias 26 e 27). Para ele, não há razão para que o mercado tenha apreensões.

– O mercado financeiro está esperando o ajuste para a próxima semana. O presidente disse que receberia as medidas no dia 20, e é evidente que ainda vai examiná-las e conversar com os líderes antes de enviar ao Congresso – explicou.

O senador reconheceu a dificuldade de votar o Orçamento até dezembro. "Infelizmente, há um atraso, pois o ministro Paulo Paiva só pode enviar a proposta no dia 3 de



ACM confirmou que proposta de ajuste fiscal chega no início da próxima semana

novembro, e temo pelo cronograma elaborado pela Comissão Mista", afirmou ele.

Antonio Carlos garantiu que, mesmo assim, o Congresso vai esforçar-se para votar o Orçamento este ano.

– É muito difícil, mas nós vamos tornar possível na medida em que isso é importante para o país. Esse Orçamento é um espelho do que se vai fazer na economia, com todos os cortes e ajustes – disse.

Quanto à necessidade de serem ouvidos segmentos da sociedade a respeito dos cortes que serão feitos, o presidente do Senado concordou que isto se faça, "tanto quanto possível", lembrando que "os parlamentares são representantes eleitos para falar pela sociedade".

Indagado sobre a intenção dos juízes federais de entrar com mandado de injunção junto ao Supremo visando apressar a fixação do teto do funcionalismo público, o senador fez o seguinte comentário: "Provavelmente eles vão ter êxito, reticências".

# Dutra diz que PT fará proposta alternativa

"Se o presidente da República quiser mesmo taxar as grandes fortunas, terá o apoio da oposição", afirmou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao sustentar que isso não significa que o governo deve aproveitar-se dessa disposição para querer aprovar outras iniciativas sacrificando mais ainda a população.

Conforme o senador, esse projeto de taxação das grandes fortunas tem sido acionado pelo governo como uma isca para fazer o Congresso aprovar medidas impopulares. Ele disse que o governo não precisa barganhar com a oposição para aprovar uma proposta como essa, até porque a matéria já está sujeita à votação da Câmara, com um parecer favorável da deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ).

Dutra ressaltou que, assim como o governo está aprontando um pacote para enfrentar a crise econômica, seu partido também estuda um conjunto de medidas para dominar a crise, entre elas projeto para aumentar a alíquota dos impostos sobre o lucro líquido dos bancos. Conforme o parlamentar, as medidas em estudo pelo seu partido visam taxar não o assalariado, mas o capital.

## LEI ELEITORAL

Dutra também informou que apresenta hoje projeto de lei modificando a Lei Eleitoral, a fim de impedir a divulgação de pesquisas dois dias



Segundo José Eduardo Dutra, proposta de ajuste do PT vai taxar apenas o capital

antes do pleito. O parlamentar argumentou que, assim como a lei determina que a campanha e a transmissão da propaganda política se encerrem dois dias antes da eleição, deve estender essa proibição à divulgação das pesquisas.

O senador afirmou que essa proibição já existe em países como Áustria, França e Portugal, devendo ser adotada no Brasil como uma forma de evitar pesquisas diferentes dos resultados, como aconteceu em São Paulo, Goiás, Brasília, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará. Ele declarou que seu projeto acaba também com a divulgação de pesquisas de boca-de-urna. Para José Eduardo Dutra, as pesquisas exercem um papel de indução do eleitorado, dando margem a muita manipulação.

## Lideranças tentam ajustar cronograma

A decisão do governo de estender até o próximo dia 3 o prazo de envio do Orçamento para 1999 levou ontem o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a dizer que "não é impossível cumprir o prazo constitucional de 15 de dezembro, mas vai ser difícil. Se as circunstâncias não o permitirem, apesar dos esforços do Congresso, a votação do Orçamento não ultrapassará o mês de janeiro".

Ontem, em reunião informal dos representantes partidários com assento na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os parlamentares discutiram uma proposta de ajuste do cronograma de tramitação do Orçamento ao prazo exíguo que restou ao Congresso, "sem abdicar das prerrogativas par-

lamentares", salientou o relator.

A proposta implica modificar a Resolução nº 2, que regula o exame do Orçamento pelo Congresso, e teve por base sugestões elaboradas pelos deputados Aroldo Cedraz (PFL-BA), Sérgio Miranda (PC do B-MG) e Paulo

Bernardo (PT-PR), a pedido do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Não houve consenso entre os parlamentares, pois os representantes da oposição discordam da eliminação das relatorias setoriais.

Pela proposta, a tramitação do Orçamento seria realizada numa única etapa, com a relatoria geral sob res-



Ramez Tebet

ponsabilidade de um colegiado formado pelo relator e sete relatores adjuntos. Os integrantes do colegiado participariam de todo o processo decisório. Conforme a Resolução nº 2, em vigência, os relatores setoriais elaboram seus pareceres sobre as áreas temáticas específicas e os

submetem à deliberação do plenário da comissão, um a um. Só depois, o relator geral apresenta seu parecer. O presidente da comissão, deputado Lael Varela (PPB-MG), já marcou três reuniões para continuar a discussão do assunto na próxima semana: na terça e na quarta-feira, às 15h; e na quinta, às 10h.

## Emendas individuais serão restringidas

Os recursos necessários à cobertura das emendas individuais ao Orçamento de 1999 poderão ser concentrados na rubrica "reserva de contingência", informou o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). De qualquer modo, acrescentou, os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento de-



José Roberto Arruda

cidaram que o valor das emendas será reduzido "na mesma proporção dos cortes a serem feitos pelo Executivo na nova versão do Orçamento que será enviada no dia 3 de novembro".

A concentração dos recursos a serem utilizados pelos parlamentares permitirá que, do ponto de vista do

Executivo, "não haja mutilação da peça orçamentária", afirmou Arruda. A medida também facilitará o trabalho do Congresso, assegurou. Segundo ele, a comissão manterá praticamente os mesmos princípios de tramitação do Orçamento, sem anular etapas, mas dando-lhes celeridade. A única exclusão já decidida informalmente foi a de suprimir a apresentação de emendas regionais, esclareceu.

## I Seminário de Comunicação Legislativa



De 16 a 18 de Novembro  
Auditório Petrônio Portella  
SENADO FEDERAL

Promoção



Realização



Informações e Inscrições:  
Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal  
Fone: 0800-61 2211, fax 311-1067  
www.senado.gov.br

# Cardinal apóia revisão na política penitenciária

A mudança promovida pelo governo, segundo o senador, ajudará a promover uma “drástica redução” dos índices de criminalidade existentes no país, além de garantir o respeito aos direitos humanos dos presos

Zanete Cardinal vê na pobreza e na falta de escolaridade os principais motivos para os altos índices de criminalidade



## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

8h - Saúde Todo Dia - o programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Judô  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Cores do Brasil - uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, a Serra dos Órgãos  
9h30 - Entrevista - o senador Arlindo Porto aponta os problemas da agricultura brasileira e fala das dificuldades em se alcançar a previsão do Governo de 100 milhões de toneladas para a safra do próximo ano  
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em discussão: projeto que amplia as punições para a exploração do trabalho escravo  
12h - Cores do Brasil - Ceará  
12h30 - Entrevista com o senador Arlindo Porto sobre os problemas da agricultura  
13h - Cores do Brasil - o Cerrado  
13h30 - Agenda Econômica - o diretor da Federação Nacional dos Economistas, Júlio Miragaya, apresenta soluções para a crise econômica  
14h30 - Plenário (ao vivo) - sessão não deliberativa  
18h30 - Entrevista com o senador Arlindo

Porto sobre os problemas da agricultura  
18h55 - Senado em Pauta  
19h - Cores do Brasil - Pernambuco.  
19h30 - Agenda Econômica - o diretor da Federação Nacional dos Economistas, Júlio Miragaya, fala das soluções para a crise econômica  
20h30 - Entrevista com o senador Arlindo Porto sobre os problemas da agricultura  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Espaço Cultural - apresentando “Marília Pêra em cena”  
22h - Plenário (reapresentação)  
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala Cidadão”.

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
10h - Reunião da CCJ (ao vivo)  
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)  
19h - “A Voz do Brasil”  
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”  
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste”  
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste”  
0h - Reprise da sessão plenária

O senador Zanete Cardinal (PFL-MT) disse que a revisão que o governo federal vem fazendo na sua política penitenciária não é para favorecer o delinqüente, mas sim “para concretizar a almejada e drástica redução dos índices de criminalidade hoje existentes no país” e garantir o respeito aos direitos humanos do encarcerado.

Zanete Cardinal informou que no Seminário sobre Violência Criminal, realizado no Rio de Janeiro, os participantes concluíram que esse “grave problema” é, em sua maior parte, devido à pobreza que acomete cerca de dois terços dos latino-americanos, principalmente aqueles com idade inferior a 20 anos.

– As condições de vida miserável,

somadas à falta de escolaridade e de ocupação regular, num quadro de arraigadas deficiências dos organismos policiais e do Judiciário, determinam o crescimento da violência que cada vez mais infelicitam a sociedade brasileira – afirmou o senador.

Zanete Cardinal destacou ainda como um dos principais resultados do Seminário sobre Violência Criminal o compromisso do Banco Mundial de destinar até US\$ 2 bilhões para o Brasil, objetivando a redução da pobreza e o incentivo à educação, à saúde e ao desenvolvimento comunitário, entre outras prioridades da pauta sócio-econômica do governo federal.

A atuação governamental, esclareceu o senador, compreenderia a participação do programa

Comunidade Solidária, além dos ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde e do Trabalho, visando à elaboração e condução de projetos de combate à pobreza, de melhoria do ensino profissionalizante e de reversão das condições determinantes do desemprego, para, dessa forma, contribuir para a eliminação da violência.

Convencido de que o sistema prisional ainda desatende a seu objetivo fundamental de ressocialização dos reclusos, Zanete Cardinal disse que a política penitenciária que vem sendo desenvolvida pelo governo percorre o acertado caminho da reforma e modernização da rede existente e de construção de novos estabelecimentos.

## Alcântara aponta Ceará como exemplo de modernização

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apontou o Ceará como o mais legítimo exemplo de transformação das históricas condições que sempre estiveram associadas ao Nordeste brasileiro. O senador atribuiu tal feito ao processo de modernização administrativa e ao esforço de desenvolvimento sócio-econômico empreendidos pelos últimos governos do estado.

Para ilustrar a afirmativa, o senador citou a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* entre 1990 e 1995. Segundo os dados, o Brasil teve um crescimento de 5,4%, o Nordeste de 5,3% e o Ceará alcançou um aumento de 22%. “Esse crescimento refletiu-se na melhoria de vários indicadores de saúde”, afirmou Alcântara, citando a diminuição da mortalidade infantil e o controle de doenças como difteria, pólio e tétano. O senador lembrou que o estado foi premiado em 1993 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pela redução do índice de mortalidade infantil.

Lúcio Alcântara disse que em sua passagem pelo governo do estado como vice-governador, entre 1991 e 1994, participou diretamente do projeto de mudanças desencadeadas no Ceará. “Estou convicto de que a consolidação da transformação social só se dá por intermédio do processo



Alcântara lembrou crescimento de 22% entre 1990 e 1995

educativo”, afirma. Ele elogiou o projeto Todos pela Educação de Qualidade para Todos, da Secretaria da Educação Básica do Ceará e, também, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (95/98). O programa destina-se ao atendimento das necessidades de alfabetização e escolaridade da população de sete a 14 anos.

Entre os tópicos considerados pelo senador como indispensáveis a uma agenda de recuperação da educação básica nacional estão a profissionalização do magistério, a qualidade do ensino fundamental, a autonomia da escola, a equidade na aplicação dos recursos e o engajamento dos segmentos sociais mais representativos na melhoria da qualidade da educação.

## Odacir propõe censos a cada dois anos

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei que autoriza o governo federal a realizar censos bianuais nas regiões de grande movimento populacional. O autor da proposta argumenta que sua proposta irá permitir o “rápido acompanhamento das consequências da migração nas localidades pioneiras do país”.

– Nessas regiões, o crescimento populacional se processa em ritmo muito diferenciado do que é captado pelos censos realizados a cada dez anos – diz Odacir. O senador afirma, ainda, que seu projeto atende ao objetivo básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o de “assegurar informações e estudos de natureza inclusive demográfica necessários ao conhecimento da realidade do país”.



Odacir Soares quer acompanhamento rápido de migrações

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7